



ACÓRDÃO Nº1003/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11704/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Alessandra dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5800/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Sra. Alessandra dos Santos, Diretora da unidade e Ordenadora de Despesas, responsável pela **Prestação de Contas do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM**, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2. Determinar:

10.2.1. à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, a adoção de ações junto à CEMA, Central de Medicamentos e à SUSAM, para evitar a prática de fuga ao processo licitatório, de modo a não praticar fragmentação de despesas (incisos II e IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93), sob pena de julgamento das Contas pela irregularidade;

10.2.2. à CEMA, à SUSAM e ao Governo do Estado a adoção de ações, a fim de manter o estoque de medicamentos de modo a atender



ACÓRDÃO Nº1003/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

prontamente todas as unidades de saúde do Estado, sob pena de terem suas respectivas Contas julgadas irregulares e ser instaurada Tomada de Contas Especiais para apurar o dano ao erário causado pela prática de fracionamento de despesas pelos hospitais para fugir de licitação, em grave violação à Lei federal n. 8.666/93;

10.2.3. à Controladoria Geral do Estado o exercício de seu mister, a fim de se pronunciar sobre as prestações de contas dos órgãos sob o seu controle, conforme ordena regramento Constitucional (art. 74 da CRFB/88);

10.2.4. ao Governo do Estado que estruture a CGE, proporcionando estrutura física, material e pessoal para o cumprimento de suas funções, conforme ordena regramento Constitucional (art. 74 da CRFB/88);

10.3. Dar ciência do presente Acórdão aos interessados.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral